ultimato

IGREJA EVANGÉLICA:

IDENTIDADE, UNIDADE E SERVIÇO

Robinson Cavalcanti

• SÉRIE 75 anos •

ROBINSON CAVALCANTI

IGREJA EVANGÉLICA:

IDENTIDADE, UNIDADE E SERVIÇO

ultimato
VIÇOSA|MG

IGREJA EVANGÉLICA – IDENTIDADE, UNIDADE E SERVIÇO
Série 45 Anos
Categoria: Igreja | Liderança | Vida cristã

Copyright © Editora Ultimato
Todos os direitos reservados

Primeira edição eletrônica: *Fevereiro de 2013*
Capa: *Ana Cláudia Nunes*

Publicado no Brasil com autorização
e com todos os direitos reservados pela

Editora Ultimato Ltda
Caixa Postal 43
36570-000 Viçosa, MG
Telefone: 31 3611-8500 — Fax: 31 3891-1557

www.ultimato.com.br

Textos originalmente publicados pela revista Ultimato, Aliança Evangélica Brasileira e Missão Aliança

SUMÁRIO

Parte 1 – IDENTIDADE
A história dos evangélicos
O fim do Consenso Evangélico
Protestantismo: vanguarda e atraso
Pseudo-pentecostais: nem evangélicos, nem protestantes

Parte 2 – UNIDADE
Protestantes: autênticos católicos
Igreja: o futuro está no resgate do passado
O mais importante é a igreja
Amar a Cristo e a sua Igreja

Parte 3 – SERVIÇO
Cristianismo, secularismo e cidadania
O conteúdo do cristianismo
A teologia da missão da Igreja no Brasil

APRESENTAÇÃO

A série "45 Anos" coloca à disposição dos leitores uma seleção de títulos em formato digital (e-book), dedicados à celebração de datas especiais em 2013. Assim, a Editora Ultimato quer compartilhar parte do seu acervo – além da contribuição dos seus autores – sobre temas importantes da fé cristã, no ano em que comemora 45 anos de publicação ininterrupta da revista Ultimato.

Inauguramos a série de e-books com *Era uma Vez um Natal sem Papai Noel*, um devocionário para o mês de dezembro, que celebra o primeiro e longínquo Natal. Com *Igreja Evangélica – identidade, unidade e serviço*, lembramos o legado e a influência do bispo Robinson Cavalcanti, um ano após a sua morte.

Esta preciosa coletânea de textos, originalmente publicados pela **Editora Ultimato**, **Aliança Evangélica Brasileir**a e **Missão Aliança**, relembra o papel e a importância da identidade, da unidade e da missão da igreja, tão caras ao autor.

Em um dos seus últimos pronunciamentos à igreja brasileira, Robinson Cavalcanti reafirmava: "As ações do nosso presente e os planos para o nosso futuro não poderão se dar sem a fidelidade ao legado do passado. Revitalizar o evangelicalismo em unidade, a despeito dos óbices da época (individualismo, subjetivismo, relativismo, hedonismo) é a nossa tarefa, ajudando-nos o Senhor".

Os editores

PARTE 1
IDENTIDADE

A HISTÓRIA DOS EVANGÉLICOS

A palavra "evangélicos" aparece em três sentidos: no sentido amplo, europeu, é apenas sinônimo de protestante; no sentido amplíssimo, latinoamericano, é sinônimo de todo cristão não-católico romano (o IBGE inclui, até, mórmons e testemunhas de Jeová); outro, restrito, específico, no sentido inglês, representa uma vertente da Igreja com ênfase no relacionamento pessoal com Cristo, em reação a uma religião estatal e sacramentalista.

Embora o termo "evangélico" seja encontrado na Patrística e na Reforma, ele adquire um conceito mais claro e se torna um movimento na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII e

primeira metade do século XIX, culminando com a organização da primeira Aliança Evangélica em 1847. Resgatando uma herança que vem de Wycliffe, no século XIV, chegando até os Avivamentos, passando pela confessionalidade reformada, o puritanismo e o pietismo, deságua no movimento missionário do século XIX, do qual foi a sua proposta principal. A escatologia do movimento missionário ou era posmilenista ou amilenista, com clara opção por uma participação social e uma influência histórica.

J. I. Packer destaca como marcas do evangelicalismo:

– A Autoridade das Sagradas Escrituras;
– A Pecaminosidade da Raça Humana;
– A Expiação por Cristo na Cruz;
– A Necessidade de Conversão, ou experiência de Novo Nascimento;
– O Mandato Missionário Imperativo para todos os Cristãos.

No contexto inglês do século XIX, se poderia acrescentar um sexto item: a Responsabilidade Social.

EVANGÉLICOS NO BRASIL

As missões protestantes históricas que se estabeleceram no Brasil entre 1855 e 1901 foram todas marcadas por uma identidade evangélica, o que significava um alto grau de consenso teológico, a despeito de diferenças periféricas, como sentido e forma dos sacramentos/ordenanças ou formas de governo eclesiástico. Esse consenso foi mantido entre as igrejas históricas brasileiras por mais de um século. Ele foi reforçado com a reação do Congresso do Panamá, de 1916, a equivocada decisão do Congresso Ecumênico de Edimburgo, de 1910, de excluir a América Latina do esforço missionário, por se tratar de um "continente cristão". No Panamá se reafirmou a necessidade de se evangelizar – e em unidade – a América Latina com seu cristianismo nominal e sincrético. Por alguns anos uma entidade produziu um material de Escola Bíblica Dominical para a maioria das denominações, reforçando esse lastro comum, também implementado pela teologia do que se cantava nas igrejas, a partir do primeiro hinário, o "Salmos e

Hinos", compilados pela pioneira congregacional Sarah Kalley. O principal instrumento de identidade e unidade desse período foi a Confederação Evangélica, que funcionou como importante elemento aglutinador e representativo do protestantismo nacional entre 1934 e 1964.

O dissenso protestante começa com a chegada do pentecostalismo de vertente "branca" (isolacionista, pré-minilenista/pré-tribulacionista) nos anos 1910, já refletindo as controvérsias norte-americanas da época, a partir do fundamentalismo, que começou como um movimento confessional em reação ao Liberalismo, mas, que, posteriormente, degenerou em uma ideologia sectária, anti-intelectual, e, até racista. O fundamentalismo inicial tinha as mesmas ênfases do evangelicalismo inglês dos séculos anteriores, adicionando-se os milagres e a segunda vinda.

A presença do liberalismo no Brasil foi muito periférica, e a do fundamentalismo, posterior e lenta (embora fundamentalismo e evangelicalismo compartilhem de doutrinas básicas comuns). Como a América Latina, a maioria das igrejas brasileiras optou por não se envolver com os três Conselhos Ecumênicos mundiais, mas foram afetadas pelas tensões ideológicas da Guerra Fria, e muito afetadas pelo ciclo de regimes militares no continente.

A Fraternidade Teológica Latino-americana (FTL) surge no início dos anos 1970 como uma escola de pensamento evangélico tomando o continente e seus problemas a sério e em abertura para a contribuição das Ciências Sociais. Nos Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial, surge o movimento neo-evangélico como reação moderada aos exageros do fundamentalismo, editando a revista "Christianity Today" e motivando a realização do Congresso de Evangelismo de Berlim, 1966, gênese do que seria, a partir do evento de 1974, o Movimento de Lausanne, inicialmente não bem recebido no Brasil, por ser considerado avançado demais pelos conservadores e moderado demais pelos avançados.

A Confederação Evangélica havia sido fechada durante do regime militar e ficamos muitos anos sem um órgão aglutinador e promotor da unidade. Os congressos brasileiros e nordestino de evangelização irão sinalizar um novo tempo, que se desdobra

com a criação da AEvB (Associação Evangélica Brasileira), que marca época, mas sofre uma crise insanável em decorrência da personalização da sua liderança, criando novo vácuo, em uma igreja já marcada por uma amnésia histórica, com a Escola Dominical enfraquecida e a teologia evangélica dos hinários substituída pela vagas odes/mantra a uma divindade monoteísta promotora de bênçãos individuais que marcam o "louvor" atual, em um declínio do consenso, agravado pela chegada da Teologia da Batalha Espiritual, da Teologia da Prosperidade e pela fragmentação denominacionalista, com a racionalidade institucional cada vez mais substituída pelas lideranças carismáticas caudilhescas e o surgimento de "dinastias eclesiásticas".

É com esse pano de fundo que estamos criando a Aliança Evangélica, que se espera seja uma herdeira atualizada e brasileira da Aliança Inglesa de 1847 e suas marcas confessionais inegociáveis.

O quadro fracionado, confuso e divergente do protestantismo brasileiro não faz prever a criação de uma barca, onde caibam todos os bichos, mas de uma frotilha, onde o nosso barco, de início modesto, pretende estar aberta aos evangélicos, crentes e éticos, comprometidos com a identidade e a unidade sonhada pelo Senhor da Igreja.

As ações do nosso presente e os planos para o nosso futuro não poderão se dar sem a fidelidade ao legado do passado. Revitalizar o evangelicalismo em unidade, a despeito dos óbices da época (individualismo, subjetivismo, relativismo, hedonismo) é a nossa tarefa, ajudando-nos o Senhor.

Capítulo adaptado de preleção do autor no 1º Fórum da Aliança Evangélica, em 25 de novembro de 2011, em Brasília, DF.

O FIM DO CONSENSO EVANGÉLICO

O protestantismo brasileiro de missão (1855-1909) foi estabelecido com um alto grau de consenso, mantido por mais de um século. As igrejas congregacionais, presbiterianas, metodistas, batistas, episcopais e cristãs evangélicas partilhavam de uma herança e de uma teologia em comum; um legado que, vindo da Reforma Protestante do Século 16, incluía traços de puritanismo, pietismo, avivalismo e movimento missionário. Foi o médico escocês Robert R. Kalley quem fundou a Igreja Evangélica Fluminense, dando início a um protestantismo que era sinônimo de evangelicalismo, originado na Grã-Bretanha da

primeira metade do século 19, e diferente do fenômeno localizado pós-fundamentalista dos Estados Unidos, que surgiu um século depois. Tratava-se de um evangelicalismo que tinha suas raízes em Wycliffe, na Reforma e nos seus desdobramentos – com uma ênfase na autoridade das Sagradas Escrituras, nas doutrinas credais e confessionais partilhadas pelo cristianismo reformado (nascimento virginal, milagres, morte expiatória, ressurreição, segunda vinda) –, na necessidade de conversão – seguida de um processo de santificação – e no mandato missionário da Igreja. A despeito das diferenças de governo eclesiástico, batismo, ceia do Senhor ou liturgia, as igrejas protestantes (evangélicas) brasileiras foram edificadas sobre esse sólido fundamento partilhado. Em quase toda a América Latina fomos um país de protestantes evangélicos ("evangelicais"), algo evidente, comprovável.

A chegada do movimento pentecostal (1909) introduziu elementos de dissenso no campo da pneumatologia ("dons espirituais"), da eclesiologia (isolacionismo), da liturgia (expressão de sons) e da moral (moralismo/legalismo); uma tendência mais fundamentalista do que evangélica, mas que não rompeu com o núcleo comum que unia ambas as correntes. O mesmo pode-se dizer das "ondas" pentecostais posteriores, como a dos "sinais e prodígios" e a do "movimento de renovação espiritual". Mantivemo-nos ao largo das propostas das instituições internacionais ecumênicas – Conselho Mundial de Igrejas (liberal), Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (fundamentalista) e Fraternidade Mundial Evangélica (evangelical) – nos anos 1940 a 1970. Vivemos trinta anos (1934-1964) de fomento da unidade, com a Confederação Evangélica; atravessamos os conflitos entre "direita" e "esquerda" durante a Guerra Fria (1945-1989); mas, no fundo, éramos todos "crentes". Apesar das diferenças secundárias e de nossas "cordiais" rivalidades, nos considerávamos parte de um mesmo povo: os evangélicos. Essa era a nossa identidade e sentido de pertencimento. Programas de rádio e televisão tinham um cunho evangelístico; e, se íamos a um culto de qualquer denominação, a pregação era marcada pelas semelhanças e não pelas diferenças. Algumas "missões de fé" enfati-

zaram o fundamentalismo e a escatologia dispensacionalista; e reduzidos núcleos de intelectuais de tendência teológica liberal se estabeleceram em seminários (mais de igrejas de imigração do que de missão) e faculdades em algumas denominações e regiões, sem maior repercussão na massa dos fiéis. A teologia da libertação foi mais influente em sua ética social do que em suas premissas teológicas liberais.

O dissenso protestante se agravou com a chegada da teologia da prosperidade e a teologia da batalha espiritual, e com o vertiginoso crescimento das igrejas ditas neo (isso/pseudo/pós) pentecostais, carentes de vínculos históricos, doutrinários e teológicos com a herança reformada e evangélica; sociologicamente percebidas como seitas para-protestantes, cuja mensagem nada tem a ver com o que se pregou desde Kalley e o protestantismo (evangelicalismo brasileiro). O culto-aula deu lugar ao culto-show. Debilitou-se a escola bíblica dominical e deixou-se de cantar hinos com conteúdo teológico – os quais foram substituídos por vagas odes à divindade, que podem ser entoadas por qualquer monoteísta não-cristão. Com o crescimento numérico da segunda e da terceira gerações, fomos além da velha dicotomia "membro comungante" "versus" "membro desviado" e passamos a ter os nominais, os ocasionais, os bissextos, os migrantes e os "crentes de IBGE", que confessam a fé a cada década do Censo, pois não se garante a conversão ou a ortodoxia de descendentes biológicos ou adotivos.

Enquanto as elites seculares foram atingidas pela pós-modernidade e por seus filhotes ideológicos (secularismo, politicamente correto, multiculturalismo, agenda GLSBT), parcelas de nossas elites eclesiásticas foram atingidas pela teologia liberal revisionista. Nossa base social continua majoritariamente evangélica. Porém, o mesmo não se pode dizer, lamentavelmente, de alguns dos nossos líderes. Alguns, por razões intelectuais, emocionais ou morais renegaram até agressivamente o seu passado, abençoado e abençoador; mudaram de lado, deixando o povo órfão ou confuso, pois, quando trocaram de conteúdo não substituíram a etiqueta. Nem todo protestante é mais evangélico, mas nós somos crentes!

PROTESTANTISMO: VANGUARDA E ATRASO

Uma marca da Idade Moderna ocidental foi a criação dos estados nacionais, que substituíram a fragmentação geográfica do poder do feudalismo e seus barões, os reis fracos, o imperador nominal e o poder temporal da Igreja de Roma. As soberanias desses países eram identificadas com as pessoas de seus próprios soberanos, o que Duverger denomina "poder personalizado" (absolutismo) e que deu origem à máxima do rei Luís 14: "O Estado sou eu". As revoluções burguesas da Inglaterra, França e Estados Unidos romperam com esse modelo, que foi substituído pelo

"poder institucionalizado": o Estado Constitucional de Direito. O Estado é como uma instituição regida por normas legais e legítimas, em que o cidadão substitui o súdito, e os governantes são detentores eventuais e temporários de um mandato regulado.

Enquanto isso o Brasil, de 1500 a 1824, viveu sob o absolutismo e teve sua primeira Constituição imposta, dominado por uma aristocracia, depois substituída por oligarquias após a segunda Constituição, no patrimonialismo tão bem estudado por Raymundo Faoro, em "Os Donos do Poder". Tem sido toda uma luta histórica o ampliar a cidadania para as minorias religiosas, os indígenas, os negros, as mulheres e os brancos pobres. O formalismo democrático tem maquilado a dura realidade da exclusão e da opressão.

É nesse pano de fundo que a chegada do protestantismo histórico de missão entre nós – a partir de meados do século 19 –, representado por congregacionais, presbiterianos, batistas, metodistas e episcopais (anglicanos), representou um avanço. Essas igrejas se constituíram em vanguardas, não somente porque advogavam a abolição da escravatura e a República, ou o fim de uma religião oficial (regalismo/padroado), com a instauração de um Estado laico. Ou porque foram pioneiras na introdução da escola mista, dos cursos profissionalizantes, da educação física e da prática de alguns esportes (basquetebol, voleibol). Ou porque popularizaram o uso da Bíblia no vernáculo.

O vanguardismo decorria da sua própria ideologia motivadora: promover uma fé superior, a democracia e o progresso, que marcaram a retórica dos pioneiros estrangeiros e nacionais. O protestantismo foi vanguarda no Brasil principalmente pela introdução do poder institucionalizado em suas organizações eclesiásticas. Cada uma delas era uma instituição impessoal, com estatutos, definições doutrinárias, exigências morais e forma de governo (congregacionalismo, presbiterianismo e episcopalismo), com suas esferas locais, regionais e nacionais. Os direitos e os deveres a todos obrigavam (isonomia) e os seus dirigentes chegavam, exerciam e saíam dos seus cargos segundo o que prescreviam as normas, por mais brilhantes que eles fossem (e tivemos muitos servos brilhantes naquele período). Enquanto o Brasil vivia o

longo e doloroso parto da superação do poder personalizado pelo poder institucionalizado, com avanços e recuos, golpes e ditaduras (obra ainda não concluída), as igrejas protestantes deram, por mais de um século, um testemunho silencioso como instituições de direito.

No entanto, nas novas expressões do protestantismo, com seu "crescimento" fragmentado, o velho coronelismo, o antigo espírito oligárquico, o clássico patrimonialismo, o mítico sebastianismo (com seus taumaturgos) do "mundo" cultural político brasileiro fez um caminho inverso: quando nosso Estado nacional e nossa sociedade civil procuravam superá-lo, ele adentrou, avassaladoramente, às novas (e algumas velhas) igrejas e se instalou. A vanguarda protestante foi substituída pelo atraso, ou pela vanguarda do atraso. Se nossos partidos políticos têm vida curta, são carentes de ideologia e programas, centrados, na prática, em um caudilho carismático (Vargas, Prestes, Plínio, Ademar, Brizola, Lula...), nossas novas grandes e pequenas "denominações" começam a girar em torno de nomes, que quando falecem afetam suas instituições (de Melo, MacAlister), ou que estão vivos e ativos (Miranda, Oliveira, Macedo, Soares, Santiago, Hernandes, Milhomens, Rodovalho, Garcia etc.), descendo também ao âmbito local, com os "donos", caciques, barões, denominados bispos, arcebispos, missionários, apóstolos ou pastores, em um sem-número de igrejas-feudos ou igrejas-empresas. Parafraseando o rei absolutista francês, cada um pode dizer: "A denominação sou eu", ou "a igreja sou eu", "essa é a 'minha' igreja", "esse é o 'meu' povo". Em uma inversão em relação ao passado, o dirigente não se subordina à instituição ou às normas; antes, estas vão ao seu reboque, casuisticamente. O poder é vitalício (e, às vezes, hereditário), e seu "espírito" vai atingindo antigas instituições, pela prática de reeleições ilimitadas. Os cidadãos recuam ao "status" de súditos, manipulados, alienados, inclusive como eleitores "de cabresto" dos "candidatos oficiais" nas eleições para os cargos públicos.

Como poderemos superar essa manifestação de atraso e voltar a ser vanguarda?

PSEUDO-PENTECOSTAIS: NEM EVANGÉLICOS, NEM PROTESTANTES

Um grande equívoco cometido pelos sociólogos da religião é o de por sob a mesma rubrica de "pentecostalismo" dois fenômenos distintos. De um lado, o pentecostalismo propriamente dito, tipificado, no Brasil, pelas Assembléias de Deus; e do outro, o impropriamente denominado "neopentecostalismo", melhor tipificado pela Igreja Universal do Reino de Deus. Um estudioso propôs denominar essas últimas de pós-pentecostais:

um fenômeno que se seguiu a outro, mas que com ele não se conecta, pois "neo" se refere a uma manifestação nova de algo já existente. Correntes de sociologia argentina já os denominaram de "iso-pentecostalismo": algo que parece, mas não é. Lucidez e coragem teve Washington Franco, em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Alagoas, quando classificou o fenômeno representando pela IURD de "pseudo-pentecostalismo": algo que não é. Um estudo acurado dos tipos ideais, Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, sob uma ótica sociológica, ou uma ótica teológica, nos levará à conclusão que se trata de duas manifestações religiosas diversas, que não podem – nem devem – ser colocadas sob uma mesma classificação. Ao se somar, a partir do Censo Religioso, esses dois agrupamentos, tem-se um alto índice de "pentecostais", constituídos, contudo, pelos que o são e pelos que não o são. Equiparar ambos os fenômenos não faz justiça à Igreja Universal e ofende a Assembleia de Deus.

Podemos afirmar, ainda, um segundo equívoco dos analistas: considerar a IURD e suas congêneres como "evangélicas". Elas próprias, por muito tempo, relutaram em se ver como tal, pretendendo ser tidas como um fenômeno religioso distinto, e terminaram por aceitar a classificação "evangélica" por uma estratégia política de hegemonizar um segmento religioso mais amplo no cenário do Estado e da sociedade civil. O evangelicalismo é marcado pela credalidade histórica e pela ênfase doutrinária reformada na doutrina da expiação dos pecados na cruz e na necessidade de conversão, ou novo nascimento.

Se o pseudo-pentecostalismo não é pentecostalismo, nem, tampouco, evangelicalismo, também não é protestantismo. O discurso e a prática dessa expressão religiosa indicam a inexistência de vínculos ou pontos de contatos com a Reforma Protestante do Século 16: as Escrituras, Cristo, a graça, a fé. Chamar o bispo Macedo de protestante é de fazer tremer o Muro da Reforma, em Genebra, e os ossos de Lutero e Calvino em seus túmulos. Muita gente tem incluído a IURD, e assemelhadas, como pentecostais, evangélicas ou protestantes, para inflar, de forma triunfalista, os números, ou por temor de retaliações legais, ou extralegais, vindas daquelas instituições.

Se sociólogos têm denominado manifestações novas na cristandade, como as Testemunhas de Jeová, os Mórmons, ou a Ciência Cristã, como "seitas para-cristãs", podemos denominar a Igreja Universal e congêneres de "seitas para-protestantes".

O que se constata, cada vez mais, é que o fenômeno pseudo-pentecostal tem concorrido para uma maior aproximação entre os pentecostais (já tidos como históricos, por sua antigüidade e mobilidade social e cultural) e as igrejas históricas. De um lado, os pentecostais redescobrem o valor da história, de uma confessionalidade e de uma teologia sólida; do outro, os históricos vão flexibilizando (ou ampliando) a sua pneumatologia, reconhecendo a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo. O fosso entre pentecostais e pseudo-pentecostais tende a aumentar, não só pela aproximação entre pentecostais e históricos, mas também pela crescente adesão dos pseudo-pentecostais a ensinos e práticas sincréticas, com o catolicismo romano popular e os cultos afro-ameríndios. Quando estudantes de teologia assembleianos, batistas nacionais ou presbiterianos renovados aprendem com teólogos anglicanos (John Stott, J.I. Packer, Michael Greene, Alister McGrath, N.T. Wright), e anglicanos, luteranos ou presbiterianos usam de um louvor mais exuberante e oram por cura e libertação, na expressão de Gramsci, um novo "bloco histórico" vai se formando (retardado pelo extremo fracionamento entre ambos os segmentos), do qual, é claro, não faz parte o pseudo-pentecostalismo. Esse "bloco histórico" em formação, para se consolidar, não apenas deve se conhecer mais mutuamente, somando conceitos e subtraindo preconceitos, mas também responder aos desafios de um pluralismo que inclui a diversidade do catolicismo romano, o pseudo-pentecostalismo, o esoterismo, os sem-religião e um agressivo secularismo, emoldurado pelo relativismo pós-moderno. Isso passa, necessariamente, pelo aprender com a história da igreja – durante, depois e "antes" da Reforma – e pela superação de uma iconoclastia que, equivocadamente, equipara o artístico com o idolátrico.

Contamos com estadistas do reino de Deus, com humildade, visão e coragem para consolidar esse bloco?

PARTE 2
UNIDADE

PROTESTANTES: AUTÊNTICOS CATÓLICOS

Jesus Cristo criou uma só Igreja, Povo da Nova Aliança, não para ser uma unidade "invisível", metafísica, neoplatônica, mas sim visível, na História, institucional. As igrejas orientais são anteriores à Igreja de Roma e nunca foram subordinadas a ela por jurisdição, muito menos por autoridade monárquica. A igreja assíria do Leste (nestorianos), tendo como epicentro a Pérsia, chegou à Índia e à China, quase dizimada pelos mongóis e pelo Islã. As igrejas pré-calcedônicas — Egito, Etiópia, Síria, Armênia e Índia — também, nunca foram vinculadas a Roma.

As igrejas bizantinas, a partir da sede do Império Romano do Oriente, apenas reconheceram no bispo de Roma (que não era o papa tal como conheceremos posteriormente) um mero "primado de honra", por estar na capital do Império do Ocidente.

Um bom exercício de honestidade intelectual é ler a história da Igreja a partir dos autores dos três ramos da Igreja no Oriente: todos eles dirão que foi Roma que se separou dos patriarcados orientais, com a sua pretensão de uma autoridade monárquica com jurisdição universal. A ambição desta de ser "a" Igreja não se sustenta nem bíblica nem historicamente, e terá (por um milagre) de ser abandonada se quisermos um dia ter "um só rebanho e um só pastor". Deverão ser superados, também, o nacionalismo e o tradicionalismo que engessam as igrejas do Oriente, impedindo sua atualização e engajamento na grande comissão.

Os cristãos não podem nem minimizar o valor dos pontos convergentes da Reforma Protestante do século 16, nem começar a história da Igreja com a Reforma. O Espírito Santo esteve presente nos vinte séculos de nossa história, apesar dos erros, superstições e desvios que tenham surgido pela carne dos homens. O núcleo consensual reformado deve ser uma ferramenta hermenêutica privilegiada para discernir o que manter e o que reformar no que se pensou e se fez, antes e depois da Reforma. Depois dela a Igreja de Roma oficializou novos dogmas, e, juntamente com os bizantinos, canonizaram novos "santos". Trocou-se o livre exame pela livre interpretação e a Igreja deu lugar a seitas e "denominações". O liberalismo mandou para o espaço as escrituras, a tradição, os credos, as doutrinas e a moral, sacrificados no altar da razão e na arrogância humana, hoje subjetiva, individualista e relativista. "Revelações" particulares e "profetas" auto-proclamados esquartejaram o Corpo de Cristo. Depois da Reforma sofremos o banho de sangue das Inquisições e a intolerância legalista, moralista, sectária, antiintelectual (e, às vezes, racista) do neofundamentalismo. Surgiram as seitas para-cristãs dos Mórmons, das Testemunhas de Jeová e da Ciência Cristã, bem como o neo/pós/iso/pseudo-pentecostalismo, cuja pretensa identidade protestante é uma contradição em si mesma.

A primeira reforma (anglicanos e luteranos), assim como a posterior reforma siriana da Igreja Mar Thoma, na Índia, nunca

aceitou a anti-história de uma "apostasia geral". Nunca pretendeu uma ruptura total com o passado para criar ou re-fundar uma nova Igreja, mas, como o próprio nome diz, reformar a Igreja de Cristo, única, santa, católica e apostólica, até então presente em quatro jurisdições. Os corpos não reformados não quiseram se reformar, ou apenas se contra-reformar. Os protestantes não romperam, foram expulsos. Hoje, entre o neo-integrismo reacionário dos corpos não-reformados e o cipoal fragmentado dos corpos deformados — incapazes de dar uma resposta ao Estado e à ideologia secularista —, almas sedentas clamam por uma Igreja de dois mil anos. Igreja dos Pais da Igreja e dos Pais Apostólicos; Igreja dos Reformadores, com uma rica herança histórica, espiritual, doutrinária e litúrgica. Com ética e com estética; com vitalidade e com santidade; com dinamismo e com profundidade. Com o sacerdócio universal dos crentes e com o sacerdote especial dos vocacionados e ordenados: diáconos, presbíteros e bispos (sucessores dos apóstolos). O futuro depende de um presente que retome o passado.

Da Pré-Reforma herdamos o fechamento do cânon bíblico, o estabelecimento do núcleo doutrinário contido nos Credos Apostólico e Niceno e o estabelecimento de uma forma de governo para a Igreja: o episcopado ("...ao largo dos tempos, vai-se continuando a sucessão dos bispos e a administração da Igreja, de sorte que a Igreja sempre esteve estabelecida sobre os bispos, e todo ato da Igreja era dirigida por estes propósitos", Cipriano de Cartago, *De Unitate*, 23.4). Da Reforma, a ênfase na autoridade das Sagradas Escrituras como fonte de revelação e a salvação pela graça mediante a fé. Da Pós-Reforma herdamos a riqueza sistematizada das confissões de fé, o compromisso puritano, a espiritualidade pietista, a paixão avivalista e o ardor missionário, o novo nascimento. Protestantes anticatólicos? Não, católicos reformados, verdadeiros católicos!

IGREJA: O FUTURO ESTÁ NO RESGATE DO PASSADO

No cenário religioso mundial, vemos que as antigas religiões – bramanismo, budismo, etc. – estão vivas e ativas, com seu antigo conteúdo. O Islã vem demonstrando agressiva vitalidade e expansionismo, ultrapassando, em números, a Igreja de Roma. Esta, sob João Paulo II e Bento XVI, parece estar cada vez menos interessada nas multidões nominais (embora não queira perdê-las), do que em um núcleo enxuto, sintonizado e obediente aos seus dogmas e magistério. As Igrejas do Oriente, depois de séculos de

opressão pelo Estado – cesaropapismo, otomanos e comunistas –, vai despertando para a liberdade sempre marcada pela estabilidade dos seus patriarcas e metropolitas, embasados nos Pais da Igreja e nas decisões dos concílios da Igreja indivisa, sem concessões às "ondas" seculares. Essas manifestações religiosas prezam por suas raízes e identidades, e delas não se envergonham. Enquanto o espaço euro-ocidental, ex-cristão, vai recebendo levas de imigrantes não-cristãos para substituir a mão-de-obra em sua egoística taxa de natalidade de quase zero, seus governos e suas elites intelectuais vão, com grande rapidez, transformando o Estado laico em Estado secularista. Neste apenas os ateus, agnósticos e materialistas seriam cidadãos de primeira classe, e a religião é desqualificada, empurrada para fora da esfera pública, para a irrelevância dos espaços fechados dos templos e dos lares, ou das subjetividades individuais. O seu alvo principal é o cristianismo (negação da história e da contribuição cultural), se iniciando um novo ciclo de perseguição. Esse secularismo é fruto não só do Iluminismo, mas também do liberalismo teológico, com uma religião que nega a si mesma. Lamentavelmente, o secularismo-liberalismo se consolidou nos espaços protestantes. Não somente a Reforma foi abandonada, mas também o próprio cristianismo, como entendido desde a sua origem. Uma coisa é atualizar linguagem, métodos, ênfases, estratégias; outra é substituir conceitos e preceitos de uma religião que se pretende de revelação. Doutrinas e padrões de comportamento são relativizados, e esses aloprados ainda esperam que uma pessoa humana normal adira a essa mixórdia!

No Brasil, a declinante, mas ainda hegemônica Igreja de Roma, com sua diversidade, se move entre conter a debandada das massas e estabelecer núcleos conscientes. As igrejas orientais ainda não saíram dos guetos étnicos. O secularismo avança com os "sem-religião", ou com os que querem vínculos sem compromisso. O protestantismo não cresce, incha, com as igrejas históricas desorientadas, sem perceber o valor do seu depósito. O pentecostalismo vai se fragmentando em uma miríade de "ministérios": empresas centradas nos líderes. Os analistas que, lucidamente, desqualificam o caráter protestante e evangélico das seitas pseudo(neo)pentecostais são acusados de "elitistas".

Ex-personalidades evangélicas abandonam, em autoflagelação ou sarcasmo, o seu passado, sucumbindo ao humanismo, ao secularismo, ao liberalismo ou a seus egos narcísicos, deixando uma geração sem heróis. Nosso protestantismo histórico (congregacionalista ou presbiteriano) nasceu sob perseguição e tensão polêmica, confundindo catolicismo (herança histórica) com romanismo. Sua identidade foi construída mais pelo antirromanismo do que pela afirmação das confissões de fé e da teologia reformada, com comportamento mais de seita do que de igreja, negando a ação do Espírito Santo nos 1.500 anos que precederam a Reforma, desconhecendo os 1.200 anos da cristandade oriental (a mais antiga).

A insistência nessa "apostasia geral da Igreja" e na mitificação da Igreja de Jerusalém (que adotaria os procedimentos parlamentares do século 16) não foi uma resposta adequada ao mito monocêntrico da Igreja de Roma como "a" Igreja original (da qual todas teriam saído), desconhecendo o caráter policêntrico das sés deixadas nos primeiros séculos pelos apóstolos e Pais apostólicos, que estabeleceram o cânon bíblico, as doutrinas centrais nos credos, os sacramentos e o governo episcopal (com as ordens de bispos, presbíteros e diáconos), deliberando em concílio, do qual Roma é que se afastou com sua pretensão. O protestantismo iniciou a sua decadência quando confundiu o livre exame com a livre interpretação. O protestantismo brasileiro aprofundou a crise, pela ignorância ou rejeição da história da Igreja indivisa. Identificou-se, erroneamente, episcopado com romanismo, desconhecendo-se tanto a teologia, quanto a prática, que essa foi a forma consensualmente estabelecida em toda a cristandade já um século após a ressurreição de Cristo, e que a primeira Reforma – representada hoje pelos signatários, anglicanos e luteranos, do Acordo de Porvoo – manteve o episcopado histórico, compartilhando-o com suas Igrejas filhas através do mundo. Sem um retorno humilde, sério e sincero, ao passado, não sairemos da crise do presente, nem construiremos o futuro desejado pelo Senhor da Igreja, em verdade e unidade.

O MAIS IMPORTANTE É A IGREJA

A Igreja é o que de mais importante existe no mundo. Criada pela vontade de Cristo, ela é a agência da salvação, ensaio e vanguarda da nova humanidade. Deus havia chamado Israel (obediente "versus" desobediente), e no passado nos falou pelos profetas, guardiões da lei. A função e o "status" de Israel – a antiga aliança – cessaram quando o véu do templo se rasgou. Hoje o judaísmo e o islamismo são apenas religiões semíticas monoteístas. A Igreja é o novo Israel, a nova aliança, e, como nos ensina Pedro, herdeira dos títulos e atributos do primeiro Israel: geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de Deus. Entre o antigo e o atual Estado secular de Israel (formado por 90% de ateus e agnósticos) só há em comum a geografia e as mirabolantes

teorias de alguns protestantes. Os judeus (e todos os povos) devem ser enxertados no novo povo, porque não há salvação em nenhum outro nome senão o de Jesus.

A crise da Igreja é resultado da sua baixa autoestima, da falta de autocompreensão e conhecimento não somente sobre sua missão, mas também sobre sua natureza e organização – uma crise de identidade em razão de uma ruptura com sua história, suas raízes. Como povo-instituição de Deus, a Igreja é mais importante do que a família biológica ou adotiva, do que o mundo do trabalho e do lazer, do que o Estado ou qualquer expressão da sociedade civil. Ela é portadora única do sentido para as demais coisas – o evangelho e o poder do Espírito Santo – e é nela onde se convive não somente para o tempo, mas para a eternidade. A Igreja não é apenas suas expressões localizadas: as comunidades locais, as tabas religiosas com seus caciques ou as casas de shows para expressão das fogueiras da vaidade. A igreja vive hoje em pecado porque desobedece aos dois princípios basilares a ela destinados pelo seu fundador e Senhor: a unidade e a verdade. O cisma (divisão do corpo) deixou de ser considerado um grave pecado pelo desordenado denominacionalismo; a heresia deixou de ser considerado um grave pecado pela crescente e ilimitada "diversidade" e "inclusividade". Os cismas são heresias, e as heresias são cismas. Essa tragédia se transformou em rotina ante a indiferença de todos.

"Denominação" é uma palavra que não se encontra nas Sagradas Escrituras nem na obra de nenhum autor relevante da história do pensamento cristão antes do século 18. Não é um termo teológico, eclesiológico, mas apenas sociológico, administrativo, jurídico, humano, corrente nos últimos duzentos anos a partir da realidade da "livre empresa" e do "'self-service' religioso" norte-americano. Quando a Igreja una, santa, católica, apostólica e reformada dá lugar a uma miríade de "denominações" ou "ministérios", o evangelho é parcializado, a missão é mutilada e vivemos na carne, por mais piedoso e espiritualizado que seja o nosso discurso. Afirmar que "Deus me mandou criar um novo ministério" é uma blasfêmia.

A Reforma Protestante foi um dos capítulos mais importantes da história da Igreja, mas o seu desdobramento em correntes

extremadas fez com que o bebê fosse jogado fora junto com a água do banho. Ela preocupou-se com a autoridade (das Escrituras) e com a salvação (pela graça mediante a fé em Jesus) e se descuidou da eclesiologia, do estudo da própria Igreja. A instituição que deveria garantir a preservação dessas verdades logo foi atropelada pelo racionalismo liberal ou pelo literalismo fundamentalista. O livre exame, de livre acesso e investigação, deu lugar à livre conclusão. Ao contrário da criação, a Igreja se tornou sem forma e vazia. A releitura das Escrituras pela burguesia europeia, 1600 anos depois, fez os congregacionais tomarem o embrião e os presbiterianos tomarem o feto como se já fosse o ser nascido (institucionalizado) – fato que a história atesta ter acontecido (muito cedo) somente com a consolidação do episcopado. Por sua vez, a pretensão da Igreja de Roma (e de alguns ramos da ortodoxia oriental) de ser "a" Igreja, em uma visão monocêntrica da história, não faz justiça à verdade policêntrica das sés e dos patriarcados deixados pelos apóstolos em diversas regiões. Foi no Oriente que viveu a maioria dos Pais da Igreja e onde aconteceram todos os Concílios da Igreja indivisa (responsáveis pelo consenso dos fiéis); ainda assim, 1.200 anos de história da Igreja no Oriente (períodos bizantino, pré-calcedônio, pré-efesiano ou uniata) representam apenas algumas notas de rodapé ou algumas linhas nas obras dos historiadores católicos romanos ou protestantes ("anabatistizados"). Ficamos vulneráveis com essa lacuna, em uma época de desprezo pelo passado e de arrogância individualista e imediatista. A universalidade da Igreja, com a multiforme manifestação da graça de Deus em todo o mundo, é mutilada pela hipervalorização (quase exclusiva) do que nos vem do império do momento. Como foi mesmo a definição do cânon bíblico, das doutrinas dos credos, dos sacramentos e do governo episcopal?

AMAR A CRISTO E A SUA IGREJA

A Igreja nasce da mente e do coração perfeitos de Jesus. É o povo da nova aliança, de todos os povos, que tem a missão de salvar, santificar, sarar, exorcizar, transformar, apontando, ensaiando e anunciando a presença e a plenitude futura do reino de Deus. É inegável a iniciativa e a importância da Igreja, que recebeu de Jesus o sopro do Espírito Santo, que a assiste até a consumação do tempo. Os problemas da Igreja não estão na sua iniciativa divina — que a vê como mistério/sacramento na história e como a noiva das bodas finais —, mas da sua composição humana. Nela sempre haveria "trigo" e "joio", e a nós não caberia fazer a separação entre ambos. Nela apareceriam sempre "falsos profetas" com "outros evangelhos". Nela estariam os que nunca

foram e as sementes que nunca germinaram. Nela estariam os "carnais", que não se deixariam trabalhar pelo Espírito Santo. Historicamente, a Igreja teve seus bons e maus momentos, mas tem subsistido há dois mil anos. Periodicamente, tem carecido de reformas e avivamentos para corrigi-la dos seus desvios. Do coração do Senhor nos chegam duas preocupações centrais: a preocupação com a unidade, "para que todos sejam um", e a preocupação com a verdade: "o Espírito conduz a toda a verdade". A divisão do Corpo atenta contra a verdade; e a unidade sem verdade é uma falsa unidade. A Igreja é portadora de doutrinas, de verdades reveladas, universais e permanentes, sistematizadas e confessadas, emanadas das Sagradas Escrituras, legadas pela tradição apostólica e pelo consenso dos fiéis.

Confessamos com o Credo Niceno: *"E cremos na Igreja, Una, Santa, Católica e Apostólica"*. A Confissão de Augsburgo, luterana, de 1530, em seu artigo oitavo ensina: "a Igreja cristã, propriamente falando, outra coisa não é senão a congregação de todos os crentes e santos.". E a Confissão Helvética, calvinista, de 1562, afirma: "Segue-se, necessariamente, que esta é uma só Igreja... por isso chamamos de católica, porque universal". Emil Brunner, em *O Equívoco sobre a Igreja*, chama a atenção para a autoridade apostólica: "E o que eles receberam deve ser passado para o mundo... tem o peso pleno da autoridade final. Sem os apóstolos não haveria cristianismo... sem a autoridade divina dos apóstolos não haveria a Ecclesia". Aprendemos com os apóstolos pela leitura do Novo Testamento, mas aprendemos também com a geração seguinte, os pais apostólicos (discípulos dos apóstolos), e com a seguinte, os Pais da Igreja (discípulos dos discípulos dos apóstolos). Eles tomaram três decisões fundamentais para a Igreja como instituição: 1) o estabelecimento do próprio cânon (quais livros deveriam ou não integrar o Novo Testamento), fechando a revelação escrita especial; 2) o estabelecimento da doutrina (o que deveria ou não deveria ser crido), o que foi feito, principalmente, com a redação do Credo Apostólico e do Credo Niceno; 3) o estabelecimento de uma forma de governo, o que foi feito com o episcopado histórico, tão bem elaborado, no século segundo, por Inácio de Antioquia

e Irineu de Lyon, e, no século terceiro, por Cipriano de Cartago. Esses princípios permanecem inalterados, no Ocidente e no Oriente, até a Reforma Protestante do Século 16.

Cristo não criou uma Igreja de anjos, mas de pessoas humanas, que deveria ser uma só instituição, o que, pelo pecado, nunca ocorreu. As instituições não apenas são inevitáveis para a vida em sociedade, como também fazem parte da capacidade criativa da humanidade, no exercício do mandato cultural recebido do Criador. Os apóstolos foram o epicentro dessa nascente organização, continuada e consolidada por seus sucessores: os bispos. Nunca tivemos um único centro administrativo, mas diversas sés, situadas nas cidades-chaves do Império Romano, com supervisão sobre as regiões vizinhas, com destaque para as capitais: no Oriente, Constantinopla; no Ocidente, Roma, além de Jerusalém, Antioquia e Alexandria. Diferenças culturais e de pontos doutrinários tópicos concorreram para a fragmentação da cristandade antiga em quatro ramos históricos: A Igreja Assíria do Leste (nestorianos), os pré-calcedônios (sirianos, armênios, coptos, etíopes e indianos), os bizantinos e os romanos, sendo que os dois primeiros nunca estiveram sob jurisdição dos dois últimos, e Bizâncio nunca esteve subordinado ao bispo de Roma, apenas nele reconhecendo um "primado de honra". Iniciamos o século 16 com quatro ramos do cristianismo e terminamos a era da Reforma com onze. Diante do caos institucional posterior, emanado dos Estados Unidos nos últimos duzentos anos, com 38.000 "denominações", devemos reconhecer que o caminho da cura para a Igreja passa pela volta aos ensinos da Reforma (que se pretendeu uma reforma e não uma refundação), bem como pelos ensinos de antes da Reforma, dos apóstolos aos pré-reformadores. Sem passado não há presente e não haverá futuro. No meio de tantas doutrinas e "doutrinas", nos falta conhecer a doutrina da Igreja.

PARTE 3
SERVIÇO

CRISTIANISMO, SECULARISMO E CIDADANIA

A realidade do século 21 é que a democracia não é um valor ou uma prática universal, e a liberdade religiosa é uma exceção nos Estados teocráticos, confessionais ou ateus. As restrições, discriminações, violências e migrações forçadas atingem milhões de cristãos sob a dominação do islamismo, do budismo, do bramanismo ou do comunismo. O Ocidente silencia diante das violações aos direitos humanos. Os interesses políticos e econômicos falam mais alto. A única ação política possível para os cristãos é a luta pela sobrevivência.

O sonho de uma era de liberdade após a queda do Muro de Berlim ficou distante. O fato novo – e inesperado – tem sido o surgimento de uma nova onda de intolerância, discriminação e perseguição religiosa contra as expressões do monoteísmo de revelação (particularmente o cristianismo) no Ocidente pós-cristão, no mundo dito civilizado, no qual o cristianismo foi uma inegável variável histórica e cultural.

Na Europa, o secularismo avançou rapidamente, como desdobramento do iluminismo e do racionalismo, e do vazio existencial trazido pelo liberalismo teológico, enquanto imigrantes não-cristãos e sem tradição democrática ocupavam o lugar dos nacionais que não nascem. Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia vão abjurando do seu passado cristão.

O multiculturalismo, o politicamente correto, a cultura da morte (aborto, não-procriação, homossexualismo, eutanásia), a agenda GLSTB lastreiam uma pós-modernidade que, negadora de qualquer verdade, afirma o individualismo, o subjetivismo e o relativismo. O único absoluto é o relativo, na licitude da "diversidade" ilimitada. Sob a falsa retórica da defesa de um desejável laicismo, minorias organizadas no aparelho do Estado, na academia e na mídia – de fato partidária e leninista – promovem essa ideologia nos aparelhos ideológicos (imprensa, entretenimento, educação) e coercitivos (legislação, judiciário, polícia).

No Reino Unido, alguém recentemente afirmou: "Trocamos uma cultura religiosa de tolerância por uma cultura não-religiosa de intolerância". Essa ideologia impõe o Estado contra a nação, e a lei contra a cultura. O argumento religioso é desqualificado – vedada sua expressão no espaço público ou sua influência na formulação das políticas públicas – empurrado "sob varas" para a irrelevância social das subjetividades ou para o espaço privado dos lares e dos templos. Afirmar os valores cristãos vai se tornando um ato de delinquência, e, dos direitos civis dos homossexuais, se passa para a obrigatoriedade da sua normalidade.

Em uma globalização assimétrica e unilateral, com um centro e várias periferias, a intolerante ideologia do secularismo chega até nós, e já é uma realidade no Brasil, com militantes em todos os partidos e esferas do poder. A existência de uma expressiva

população católico-romana e o crescimento de uma população protestante (ambas com convicções e líderes articulados) se manifestou nas reações necessárias – embora muitas vezes desordenadas, incoerentes ou interesseiras – nas últimas eleições presidenciais, no conflito com o secularismo que distorce o laicismo e tenta, mais uma vez, colocar o Estado contra a nação.

O desafio está diante de nós, cada vez mais ameaçador, e de desdobramentos imprevisíveis. Enquanto isso, uma parcela do protestantismo, em guetos, ainda cultiva o isolacionismo, a alienação política e a irresponsabilidade cívica, a ascese individual e a busca do além-mundo. Uma parcela crescente busca o poder e a prosperidade já nesse mundo. Grupos que, por muito tempo, cultivaram a alienação, chegaram à esfera pública sem reflexão bíblico-teológica ou conhecimento dos fatos e pensamentos sociais da igreja, pois o moralismo-legalismo substituiu a ética social, e a concepção de pecados sociais e estruturais. Com uma visão corporativista e clientelista, participam do mundano realismo ("é dando que se recebe"), com episódios escandalosos. Há quem salte de Davi à Dilma, presos aos paradigmas do antigo Israel, não escondendo uma tentação teocrática, "como cabeça e não como calda" (um rei ou um aiatolá evangélico...), carentes de humildade e de contribuições das ciências humanas.

Históricos e pentecostais sérios, porém atingidos pelo pessimismo anabatista ou pré-milenista/pré-tribulacionista, ou pelo comodismo-consumismo, se esqueceram da visão de participação construtiva de uma cidadania responsável e promotora dos valores do reino de Deus, dos missionários pioneiros e de gerações de protestantes brasileiros; ou da visão de uma missão integral no mundo, onde, dentro das regras democráticas, devemos defender nossos lícitos interesses, e travar lícitos embates políticos pela preservação dos valores da nossa cultura, dos direitos naturais e do bem comum, tendo as instituições eclesiásticas, os indivíduos e os movimentos de inspiração cristã papéis diferenciados e complementares.

O divisionismo e a desorganização dos evangélicos, contudo, apenas agravam o problema; mas, sob a Providência, uma nova realidade poderá surgir, para a relevância da igreja e o bem do país.

O CONTEÚDO DO CRISTIANISMO

O que tem sido o cristianismo em sua história? Não uma seita judaica, mas a realização do que foi preconizado pelo judaísmo, povo da primeira aliança, com um monoteísmo e uma ética de revelação. O Messias anunciado pelos profetas finalmente chega. Tudo isso não poderia ter se acabado em pouco tempo? Surge a Igreja, povo da segunda aliança, com destinação universal: fazer discípulos em todas as nações. Para se expandir tão rapidamente o cristianismo tinha de ser portador de um conteúdo, que chamamos de doutrina, definido nos Credos Apostólico e Niceno, em relação aos divergentes, de fora e de dentro: 1) a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo; 2) as duas naturezas de Cristo: divina e humana; 3) a concepção

virginal; 4) a morte vicária; 5) a ressurreição; 6) a segunda vinda com o Juízo Final; 7) a ressurreição dos mortos e a vida eterna; 8) a Igreja; 9) o batismo. Milhares foram queimados vivos, trucidados pelos gladiadores, estraçalhados pelos leões, pela crença inabalável nessas verdades.

Antes de serem definidas no papel, essas doutrinas já eram cridas e compartilhadas pela comunidade de fé, transmitidas como herança apostólica, com a identificação simbólica da cruz, do pão e do peixe, do alfa e do ômega, na partilha do pão e do vinho, em que a Eucaristia (ação de graças) substitui a Páscoa, porque o Cordeiro já fora imolado. Na adoração, nos cânticos, na Ceia do Senhor, se estabelece a liturgia.

Algo mais importante precede a doutrina, os sacramentos e a liturgia: a definição do cânon bíblico do Novo Testamento. Junto com o Antigo Testamento, ali estava o texto (não um texto, ou um dos textos), escrito por homens inspirados por Deus a edificar homens leitores e ouvintes iluminados por Deus, com as narrativas dos feitos do Senhor e do seu povo, com os seus mandamentos e estatutos. Além da revelação natural (os céus, a consciência), a revelação especial, escrita, apontava para a revelação viva: a pessoa de Jesus Cristo.

Poderiam estas coisas acontecer sem milagres, sem o transcendente, a intervenção do céu, a ação do Espírito Santo apontando para a cruz sangrenta e o túmulo vazio, transformando corações, derramando dons, dando vida à mera existência, com um projeto de reino de Deus? Esses indivíduos formavam comunidades, se organizavam, criavam normas, estabeleciam autoridade; na plenitude de sua humanidade, se institucionalizavam. A igreja é povo e instituição, indissociáveis. Como o primeiro Israel, o segundo conhece altos e baixos, grandezas e misérias, verdades e erros, santidade e dissolução, obediência e desobediência. Porém, o fundador não tinha prometido estar com ela até o fim? Não dissera que sobre ela as portas do inferno não prevaleceriam? Que ensino estranho é esse de um Espírito Santo que assistiu apenas o povo, mas não a instituição! Reformas sempre existiram, e uma grande Reforma veio, nada acrescentando, mas construindo o futuro pelo resgate do passado.

Apesar de lendas tão caras a alguns segmentos, nunca houve um só centro de poder, normatização e irradiação do cristianismo. Acompanhar a vida e a morte dos apóstolos, o estabelecimento das sés e dos patriarcados (nestorianos, pré-calcedônios, bizantinos e latinos) é ser edificado por essa verdade de uma história policêntrica. Porém, nessa diversidade de ramos (alguns com pretensão de exclusividade) havia ou não um amplo consenso dos fiéis através do espaço e do tempo? O Espírito Santo movia ou não esse consenso? Há quem julgue que o Espírito Santo tirou férias com a morte de João, em Patmos, e apenas regressou com o nascimento de Lutero, ou – o que é mais grave – com o nascimento da sua denominação ou ministério um dia desses... Somos partícipes de uma instituição e de um povo de dois mil anos; somos herdeiros de todo esse passado, que deve ser, muitas vezes, purificado; tantas vezes atualizado, mas sempre valorizado e reverenciado. Igreja militante, dos ainda vivos; igreja triunfante, dos que já partiram, juntas formando o que os credos designam como a comunhão dos santos.

Deixando de lado o exótico, o pitoresco, as novidades, as vaidades, o personalismo, a imitação, e encarando com honestidade a história da igreja, não foi esta – em seus diversos ramos – gerida por integrantes de três ordens (diáconos, presbíteros e bispos), do segundo século ao século 16, fossem esses ramos orientais ou ocidentais? Essas ordens foram mera criação humana? Representaram apenas um grande equívoco? Uma epidemia universal de erros? Ou teriam sido resultado da assistência do Espírito Santo? O equívoco, eclesiológico, de autoridade, não estaria, então, com as novas classes européias, que mais de um milênio e meio depois resolvem "reler" a Bíblia e a história a partir da sua ótica e ideologia etnocêntricas, criando, "de laboratório", o presbiterianismo e o congregacionalismo?

Com o fundamentalismo bitolando, o pseudo-pentecostalismo distorcendo e o liberalismo negando, não estaríamos hoje diante de outras religiões?

A TEOLOGIA DA MISSÃO DA IGREJA NO BRASIL

A TERRA DE SANTA CRUZ

Imigração de matriz europeia (como o Luteranismo) e no Anglicanismo. No início do século XXI, vamos testemunhar a consolidação da sua hegemonia nessas igrejas, enquanto o velho ou clássico liberalismo moderno, racionalista, vai sendo substituído pelo liberalismo pós-moderno, subjetivista e relativista, um verdadeiro "cavalo de troia", aliado à ideologia do Secularismo (governos, mídia, academia, artes), do Multiculturalismo, do Politicamente Correto e da agenda GLSTB (Gays, Lésbicas, Simpatizantes, Transexuais e Bi-Sexuais).

Esse pensamento, com pretensão de nova vanguarda, vai conseguindo adesão de parcelas da liderança ex-evangélica brasileira, inclusive de ex-militantes das organizações que sustentavam a Missão Integral da Igreja, como a ABU, a Visão Mundial e a própria FTL. No caso de setores dessa última, com explícita rejeição dos seus postulados históricos e das propostas dos seus fundadores, agora transformada em, apenas, um "centro de altos estudos" pluralista.

Os defensores da Missão Integral, até a pouco considerados "avançados" pela maioria conservadora, passam, agora, a ser tachados de "atrasados", "superados" ou "homofóbicos".

O cenário internacional também sofreu mudanças. O ciclo fecundo de encontros e textos, promovidos pela Comissão de Lausanne para a Evangelização Mundial (LCWE) e pela Aliança Evangélica Mundial (WEF) vai se encerrar. A direita religiosa e política passa a substituir os pensadores do Terceiro Mundo, como liderança do movimento de Lausanne, a partir dos Congressos de Evangelistas Itinerantes, realizados em Amsterdam, nos anos 1980, sendo o próprio Congresso Lausanne II, em Manila, Filipinas, 1989, no que pese o aumento de participantes, o luxo de sua hospedagem, ou a parafernália eletrônica ao seu dispor, foi uma pálida imagem do anterior, impossibilitado de manter, atualizar e fazer avançar o Pacto de Lausanne, concluindo com um texto débil, contraditório e confuso, não aprovado, mas apenas "recomendado para estudo".

No Brasil, como em outros países, o Evangelismo Integral, em lugar de ter de lutar contra utopias políticas, vai se ver às voltas ora com "sessões de descarrego", ora com as "paradas do orgulho gay"...

A MISSÃO INTEGRAL E O SEU FUTURO

O mundo mudou muito desde a fundação da FTL e o Congresso de Lausanne. A Teologia da Missão Integral da Igreja ainda seria atual e relevante?

É verdade que o mundo mudou muito: o fim da bipolarização EEUU vs. URSS, com o término da Guerra Fria, hoje com

uma nova (des)ordem internacional monopolar do ponto de vista político, ideológico e militar, e oligopolar do ponto de vista econômico. O Fim das Utopias, o "pensamento único" do liberalismo econômico capitalista, a superação da modernidade e dos seus pilares (bondade natural, progresso, ciência, utopias globais) e o surgimento da pós-modernidade (subjetivismo, relativismo), as "ondas" do multiculturalismo, do politicamente correto e da agenda GLSTB. A fome e a miséria continuam, contudo, a se agravar em todo o mundo, bem como os conflitos localizados e os milhões de desalojados e refugiados. A terra geme pela agressão ao ecossistema. Há um grande avanço tecnológico, uma circulação de bens e capitais, e uma privação de circulação de pessoas. O tráfico de drogas e o terrorismo são temas prioritários.

O Brasil nasce sob a cruz e a espada. Portugal se expandia, tendo o rei como chanceler da Ordem de Cristo, sucessora da Ordem dos Templários, com o propósito de fazer avançar a Fé e o Império. As caravelas, que circundaram a África, descobriram o caminho para as Índias, se estabeleceram em Malaca, em Goa, em Macau, ou descobriram o Novo Mundo, levavam seus Capelães. Embora um empreendimento militar, político e econômico, as navegações lusitanas estavam imbuídas de uma ideologia missionária: levar a civilização e a fé. O Padre Antonio Vieira, posteriormente, iria sistematizar com maestria essa leitura de um Portugal como povo escolhido, somente reeditado pelos Peregrinos fundadores dos Estados Unidos da América.

Daí, o Frei Henrique de Coimbra e a Primeira Missa, a Ilha de Vera Cruz e a Terra de Santa Cruz. A realidade, porém, é que Portugal era um pequeno país, com cerca de um milhão de habitantes, com pouca gente para povoar e defender um grande império, e com um número inferior de clérigos que o necessário para promover a tarefa evangelizadora. O Brasil ficou na primeira missa, com escassas segundas. Por dois séculos aqui vieram os homens, deixando chorosas as mulheres no porto de Lisboa, sob a máxima que "*além do Equador não há pecado*", em busca do ouro, da riqueza rápida, e dos intercursos erótico-afetivos descomprometidos com índias e africanas, como bem analisou Vianna Moog em seu clássico "Bandeirantes e Pioneiros". Um país sem padres

e sem sogras já nasce com um déficit de consciência inibidora, um déficit de superego.

A religiosidade se consolida de forma superficial, com débeis vínculos institucionais, com uma catequese deficiente, supersticiosa, sincrética, folclórica, tendo como fonte principal as raízes ibéricas, com o culto aos santos, as festas, as romarias. O período colonial traz a ideologia guerreira, da missão libertária contra os mouros islâmicos, o Cristo-Rei, a Cristandade como escatologia realizada (pós-milenista). Houve intentos missionários sérios, especialmente por parte dos Jesuítas, mas o clero secular, em uma rotina monótona de provisão dos Sacramentos e Ritos de passagem, vivia dependente dos senhores das sesmarias, e, com frequência, com mulher e filhos, guardando o celibato, mas não exatamente a castidade.

Templos foram erguidos, cruzes erigidas, em um visual marcado pela presença dos símbolos religiosos cristãos.

Os franceses huguenotes tiveram duas breves passagens por aqui: no Rio de Janeiro e no Maranhão. No Rio foi celebrada a primeira Santa Ceia do continente, e redigida a primeira Confissão de Fé reformada nas Américas. Os holandeses, também reformados, chegaram a se estabelecer no Nordeste, com um primeiro experimento no Novo Mundo de uma sociedade multicultural e com liberdade religiosa, especialmente para os judeus, que no Recife abriram a sua primeira sinagoga. A reconquista luso-católica, que expulsa os holandeses – que daqui saem para fundar Nova York –, nos trará de volta o monopólio da Igreja de Roma e a Inquisição.

A Civilização Católica de Cristandade se manteve com as Capitanias Hereditárias, os Governos-Gerais, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, após a vinda da família real no início do século XIX, com a Independência e o Primeiro e Segundo Reinados, sob a égide da Constituição Imperial outorgada de 1824, garantidora dos seus privilégios e das restrições draconianas aos direitos de cidadania dos seguidores de outras religiões, ausente o conceito de liberdade religiosa.

A vinda do Protestantismo de Capelania, com os ingleses vivenciando sua fé isolada, com sua consciência de uma presença

transitória em nosso país, não trazia nenhuma proposta missionária, a não ser a provisão das suas próprias necessidades, sem qualquer impacto na vida nacional. O mesmo se diga do Protestantismo de Imigração, com suíços e alemães, com suas colônias agrícolas, apenas transplantando a sua cultura de origem, assistida, muito lentamente, por escassos pastores e catequistas. E assim seria, por muito tempo, em um isolamento espacial e cultural.

Henry Martyn, missionário inglês anglicano, a caminho da Índia e da Pérsia, onde morreria jovem, após um ministério breve e fecundo, tem o navio em que viajava ancorado em Salvador, Bahia, por alguns dias, para reabastecimento. Desce à terra firme. Faz contato com os nativos. Fica impressionado com o número de cruzes, no topo das Igrejas, nos cemitérios, nos morros, ao mesmo tempo em que o povo parecia não compreender o sentido e as implicações da mesma: "Cruzes em profusão. Mas, quando será que esse povo ouvirá com clareza a pura mensagem da cruz?", escreveu, prevendo a necessidade de um Protestantismo de Missão nessas terras.

E é o que ocorrerá a partir de meados do século XIX.

A BÍBLIA ALÉM DA CRUZ

A Cristandade no Brasil estava estabelecida por três séculos. O vínculo com o Estado era de subordinação e não de tutela, no modelo do padroado ou regalismo. Com a Independência, o Imperador do Brasil é feito sucessor na nova nação da chancelaria da Ordem de Cristo, com o clero funcionário público, com o Estado arrecadando os dízimos, nomeando os bispos e provendo os salários. O modelo político era de exclusão: dos indígenas, dos escravos, das mulheres, dos brancos pobres, dos não católicos romanos. Com o segundo Reinado viria uma Igreja debilitada, carente de quadros, enquanto o Liberalismo político, o Positivismo e a Maçonaria cresceriam à sua presença entre setores ilustrados das elites, principalmente na Corte. A abertura dos portos às "nações amigas" nos colocaria sob a influência inglesa em todas as áreas, menos na religião.

A presença de protestantes batistas, metodistas e presbiterianos entre os confederados derrotados na Guerra da Secessão, vindos dos Estados Unidos, principalmente ao Estado de São Paulo, onde fundam a cidade de Americana, também se insere no modelo não missionário da imigração.

É nesse contexto que aqui chega, em 1855, o médico e pastor escocês Robert R. Kalley, fugindo da perseguição religiosa portuguesa na Ilha da Madeira. Funda as primeiras Igrejas evangélicas entre brasileiros no Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Recife. Sua esposa dá início à Escola Bíblica Dominical, e compila o primeiro hinário, denominado "Salmos e Hinos". Kalley se relaciona com a Corte, trava amizade com o Imperador, e converte mulheres da aristocracia. O seu ministério é a raiz das Igrejas congregacionais e cristãs evangélicas. Em 1859, é a vez do primeiro missionário presbiteriano, Ashbel G. Simonton, fundador do jornal Imprensa Evangélica, a ser veiculado para o grande público. Depois, teremos a presença de metodistas, batistas e episcopais, no que se denominou de Protestantismo de Missão, e cuja presença na segunda metade do século XIX tão bem foi descrita por David Gueiros Vieira, em seu "Protestantismo, Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil".

À semelhança dos portugueses católico-romanos do século XVI, os anglo-saxões protestantes do século XIX também traziam uma visão própria de missão de caráter civilizatório: uma fé superior, o progresso e a democracia, para um país "atrasado, oligárquico, idólatra e supersticioso". "Dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano", é o que se lê no pórtico da Capela do primeiro colégio protestante do Brasil.

Na bagagem ideológica, a herança da Reforma Protestante, do Puritanismo, do Pietismo, do Avivalismo e do Movimento Missionário, a ruptura com a ordem medieval, sua rigidez estamental e o seu modo de produção feudal, abrindo caminho para o indivíduo, a burguesia, o modo de produção capitalista, a democracia representativa. O Evangelho é pregado, a Bíblia disseminada (tantas vezes queimadas em público, autos de fé, como "falsas"), mas se procura criar uma linha de navegação com os Estados Unidos, promove-se uma exposição industrial, e se posiciona

contra a escravidão, a monarquia e o vínculo entre Igreja e Estado. Quando Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva fundam o primeiro "clube republicano", embrião do futuro Partido Republicano, como dissidência do Partido Liberal, dos escassos oito membros, dois eram protestantes. Não foram as escolas missionárias tidas como "celeiros de republicanos"? E o histórico feito da primeira Igreja Evangélica Fluminense de exigir dos novos membros que somente fariam sua pública profissão de fé se libertassem, antes, os seus escravos, dando-lhes cartas de alforria?

As rígidas restrições às religiões, até então toleradas, chegam ao fim, ao nível legal, com a República e a Constituição de 1891. Sem o amparo do Estado, porém, a Igreja Romana, que manda da Europa levas de missionários e expande o seu número de Dioceses, dá início a uma implacável perseguição social contra as "novas-seitas", que, embora lentamente declinante, prossegue até a década dos anos 60 do século XX e o Concílio Vaticano II, sob o papa João XXIII.

A Bíblia de edição protestante, da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, começou a chegar ao Brasil com a família real e o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Os colportores, ou vendedores de Bíblia, e os missionários, adentraram os nossos sertões, muitas vezes montados em mulas para divulgar a palavra de Deus a uma população de analfabetos. A leitura da Bíblia foi um desafio para a alfabetização.

Pelos jornais, atas e relatórios, podemos perceber que não havia um unilateralismo espiritualizante, de apenas "salvar almas" em nossos pioneiros. Como eram escatologicamente pós-milenistas ou amilenistas, tinham uma percepção de uma fé sociológica e historicamente presente, uma ideia de uma fé encarnada, com os cristãos presentes, como sal e luz, fazendo uma diferença. Nesse processo, podemos destacar a fundação, praticamente em todo o País, de colégios evangélicos, que atraíam a nascente classe média urbana e mais cosmopolita, e provia de bolsas para os mais pobres, e o seu pioneirismo como escolas mistas, profissionalizantes (com cursos técnicos comercial, agrícola e industrial), a introdução da disciplina Educação Física e a prática pioneira de esportes como

basquetebol e voleibol, com uma visão mais integral do ser humano, e menos mórbida em relação ao corpo e positiva em relação ao valor do trabalho.

O presidente Café Filho, em seu livro de memórias, afirma: "Foi na Escola Missionária (presbiteriana, de Natal, RN) que aprendi a amar a Democracia". O presidente Itamar Franco, um órfão, conseguiu estudar mediante uma bolsa de jogador de futebol de um colégio evangélico (metodista, de Juiz de Fora, MG). A influência de valores cristãos atingiu amplos setores da população, inclusive as elites. Minha conversão se deu em um desses colégios (O XV de Novembro, presbiteriano, de Garanhuns, PE). Não se pode negar o esforço das Igrejas protestantes para alfabetização, inclusive de adultos, para a leitura da Bíblia e para a educação formal, elevando o nível cultural de muitos. As conversões e a alfabetização promoveram pessoas profissionalmente, libertaram muitos do vício, estimularam a ética e a sobriedade, reduziram a violência e fortaleceram a instituição familiar, enquanto estimulavam o exercício responsável da cidadania, mesmo sendo uma reduzida minoria. Isso demonstra que a influência cristã não depende de número, mas de convicções e visões, de um conceito de missão. A Escola Bíblica Dominical foi pioneira na compreensão de uma educação continuada.

Essa visão integral foi demonstrada por inúmeros exemplos, e gostaria de destacar a presença dos Butler – pai e filho – como pastores-médicos na cidade de Canhotinho, em Pernambuco, em uma região empobrecida e extremamente carente na área de saúde.

A criação da Igreja Presbiteriana Independente (1903) e o movimento radical batista, dos anos 1920, demonstram quão rapidamente o protestantismo forjou quadros e suscitou uma consciência nacionalista.

Esses quadros marcarão a sua presença com propostas socialmente de vanguarda nas Constituintes de 1934 e 1946, bem como no campo da pesquisa e do ensino, granjeando respeitabilidade tanto moral quanto intelectual.

As restrições legais no Império e as perseguições sociais na Primeira República concorreram para criar uma identidade

"evangélica" acima das fronteiras denominacionais, um sentido de pertença a um povo eleito, diferente e com uma missão de mudar vidas que mudariam o país, promovendo uma unidade entre os protestantes, que desaguaria na criação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), em 1934, como órgão aglutinador e de representação.

A CRUZ, A BÍBLIA E A MISSÃO

A Missão da Igreja, no Brasil, teve que enfrentar um desafio crucial, quando a primeira Conferência Ecumênica Internacional, que teve lugar em Edimburgo, na Escócia, em 1910, deliberou excluir a América Latina como campo missionário, por já se tratar de um "continente cristão". A minoria derrotada naquele encontro deliberou convocar para 1916, na cidade do Panamá, um Congresso, onde foi reafirmado ser a América Latina um continente necessitado de missão, em virtude do seu cristianismo nominal, superficial e sincrético, e que essa missão deveria se dar em unidade.

Delegados brasileiros participaram dos Congressos Evangélicos Latino-Americanos (CELAs) na primeira metade do século XX.

De suma importância, para a promoção da unidade, para a produção de material de Escola Bíblica Dominical, para a promoção de eventos temáticos e publicações, em que se manteve uma identidade e uma consciência reformada, foi o trabalho da Confederação Evangélica, destacando-se a "Conferência do Nordeste", de 1962, no Recife, sob o tema: "Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro", reunindo intelectuais seculares e pensadores protestantes, para debater a missão social da Igreja em um país em crise, em plena Guerra Fria.

A hegemonia do Protestantismo de Missão permanece até o Golpe Militar de 1964, em que se combinava uma tradição evangélica (ou evangelical): A Bíblia, a Cruz de Cristo, a Conversão, a Santidade, o imperativo evangelístico, com uma ênfase na responsabilidade social como evidência de salvação e obediência aos ensinos bíblicos.

No meio desse período, o quadro religioso protestante se altera com a chegada do Pentecostalismo, no início da segunda década do século XX, de um lado com o separatismo absoluto da Congregação Cristã no Brasil, de um outro lado o separatismo relativo da Assembleia de Deus, com um forte tom arminiano e pré-milenista, com um pessimismo histórico. O crescimento do pentecostalismo nesse primeiro período da sua história no Brasil se deu de forma muito discreta, de escassa visibilidade cultural ou política, com o cenário ainda dominado pela presença articulada do Protestantismo de Missão.

Os anos 60, que começaram sob o impacto da Revolução Cubana, passaram pelo Concílio Vaticano II, terminam com o ciclo de protestos estudantis de Paris, conviveram com o fechamento da Democracia e o Ciclo de Ditaduras Militares na América Latina. Essa mesma década, no campo religioso brasileiro, vai ter a sua primeira metade dominada pela controvérsia "tradicionais" vs. "renovados", que resultará em um ciclo de cismas em diversas denominações históricas brasileiras: batistas, metodistas, congregacionais e presbiterianos.

A repressão da Ditadura (durante a qual a própria Confederação Evangélica foi fechada), o crescimento do Pentecostalismo e da Renovação Espiritual, a chegada de "missões de fé" de origem norte-americana, e o fundamentalismo, todos esses concorrem para o início de um progressivo declínio da presença social, cultural e política dos protestantes. Com "esse" mundo fechado, a saída é o "outro" mundo; com o presente fechado, a saída é o futuro mundo. A escatologia pré-milenista e pré-tribulacionista avança enquanto a presença cristã recua.

Os anos 50 e início dos anos 60 viram chegar até nós a importação das controvérsias norte-americanas, tipo "Evangelho Social vs. Evangelho Individual", 'Liberalismo vs. Fundamentalismo", embora a maioria das igrejas protestantes da América Latina tenham optado por ficar de fora das três centrais ecumênicas: Conselho Mundial de Igrejas (hegemonia liberal), Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (hegemonia fundamentalista) e Aliança Evangélica Mundial (hegemonia evangelical). O que era, até então, um "*mare nostrum*" evangélico vai se deparar com a

presença, ainda que limitada, da Neo-Ortodoxia e do Liberalismo, no movimento ecumênico, e do fundamentalismo, no movimento antiecumênico.

Por quase três décadas viveu o Brasil os seus "anos de chumbo". Os escassos neo-ortodoxos e liberais do movimento ecumênico (em geral, generais sem tropas), vão para o exílio, são excluídos das cúpulas eclesiásticas ou optam por uma baixa visibilidade. O Pentecostalismo e o Fundamentalismo avançam. O Evangelicalismo, nas Igrejas históricas, fica na defensiva, confuso com os novos desafiadores e concorrentes ideológicos (e missiológicos).

Nesse contexto sombrio, como que de súbito, sente-se um sopro revitalizador e renovador: a Missão Integral da Igreja é reafirmada.

O ESPÍRITO DE LAUSANNE

No início da década de 1960, já percebíamos no Brasil o início de uma polarização entre a "salvação das almas" e a missão social.

No mundo, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), maior entidade ecumênica, ia na segunda direção, com reduzida ênfase evangelística. Em 1966, patrocinado pela Associação Billy Graham e a revista Christianity Today, reuniu-se em Berlim o Congresso Internacional de Evangelismo, com mais de 1.000 participantes. Desse congresso, saiu a recomendação para que se promovam congressos continentais.

Foi o que aconteceu em Bogotá, Colômbia, em 1969, com a realização do 1º. Congresso Latino-Americano de Evangelização – Clade I. Nos corredores daquele congresso, entre jovens pensadores, surgiu a ideia de se criar a Fraternidade Teológica Latino-Americana – FTL. Encontros regionais preparatórios tiveram lugar em julho de 1970, um deles em São Paulo-SP, na Faculdade Teológica Batista, coordenado pelo missionário Pr. Richard Sturz, professor de Teologia Contemporânea naquela instituição. Finalmente, em dezembro de 1970, no Seminário Jorge Alan, em Cochabamba, Bolívia, após a consulta *A Bíblia na América Latina*, foi oficialmente criada a FTL, com nomes como René Padilla, Samuel Escobar, Pedro Arana e outros.

A maioria dos integrantes da FTL era oriunda de movimentos nacionais vinculados à Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (IFES), representada no Brasil pela Aliança Bíblica Universitária (ABU), um dos espaços para a reflexão da missão integral durante os anos difíceis da Ditadura Militar.

Em 1971, o padre peruano Gustavo Gutierrez lança o seu livro "Teologia da Libertação", dando início àquela escola de pensamento, com tema continental, releitura bíblica por uma ótica fortemente marxista e com premissas liberais. A FTL não foi criada contra a Teologia da Libertação, pois a antecede. A FTL, a partir de uma herança protestante e evangelical, tomando a sério a revelação e o contexto do nosso continente, aberto a contribuição da Filosofia e das Ciências Sociais, diante da polarização "Evangelho Social vs. Evangelho Individual", ou "Fundamentalismo vs. Liberalismo", tornou-se uma escola de pensamento de um evangelicalismo ao mesmo tempo piedoso, ortodoxo e socialmente progressista, promovendo várias consultas continentais e regionais, como *O Reino de Deus na América Latina*, em Lima, Peru, 1972, ou *Os Evangélicos e a Política na América Latina*, em 1983, em Jarabacoa, República Dominicana. Os integrantes da FTL foram responsáveis por uma fecunda produção intelectual.

Como desdobramento do Congresso de Berlim, e dos Congressos Continentais, teve lugar em Lausanne, na Suíça, em julho de 1974, o "Congresso Mundial sobre Evangelização Mundial", com 2.400 participantes e mais de 1.000 observadores e jornalistas. O Congresso de Lausanne, como ficou conhecido, aglutinando o mais amplo espectro de representação denominacional e nacional, foi considerado um dos mais importantes encontros internacionais da História da Igreja, particularmente do Protestantismo. Dele saiu um documento, o "Pacto de Lausanne", tendo como principal redator o Rev. John Stott, tido, ao lado do Credo Apostólico e da Confissão de Westminster, como um dos principais textos doutrinários do Cristianismo. A FTL se fez fortemente representar, em sessões e seminários, sendo René Padilla e Samuel Escobar oradores do plenário, causando um forte impacto na defesa de uma missão integral da Igreja.

O Congresso de Lausanne teve um impacto muito forte, por meio do que foi denominado de Espírito de Lausanne: uma nova responsabilidade sobre a missão mundial, em espírito de cooperação, e com uma visão integral. No período 1974 a 1982, vários encontros temáticos foram realizados, com uma profusão de documentos do mais alto nível, em geral em parceria com a Aliança Evangélica Mundial (WEF), sobre temas como Evangelho e Cultura, Responsabilidade Social da Igreja, Estilo de Vida Simples como Opção Cristã, e tantos outros, sempre com a participação ativa da FTL, que ainda iria organizar o Clade II, em Huampani, Peru, 1979; e o Clade III, em Quito, Equador, 1992.

No Brasil, com o regime fechado, o fundamentalismo, o pentecostalismo e a escatologia pré-milenista e pré-tribulacionista em ascensão, coube à ABU, à FTL, à Visão Mundial, à Vinde, e à revista Ultimato, a disseminação do Espírito de Lausanne. O Pacto de Lausanne foi primeiramente editado pela CPAD, das Assembleias de Deus, por iniciativa do missionário Laurence Olson, integrante da delegação brasileira àquele Congresso (presidida pelo pastor batista Nilson do Amaral Fanini, tendo como vice-presidente o pastor presbiteriano Neemias Marien). Vale ressaltar que, nos primeiros anos após a sua realização, o Congresso de Lausanne enfrentou resistências no Brasil, sendo o Pacto considerado moderado demais pelos liberais, e progressista demais pelos conservadores.

Os Congressos Brasileiros de Evangelização (CBEs) – e regionais, como os Nordestinos de Evangelização (CNEs) – bem como a fundação da Associação Evangélica Brasileira (AEvB) foram desdobramentos posteriores do Congresso de Lausanne. A FTL se organiza em capítulos nacionais, como a FTL-B e regionais (nordeste, sul etc.). O Boletim Teológico da FTL é publicado em espanhol e português. A Declaração de Jarabacoa, sobre os Evangélicos e a Política, foi amplamente divulgada em inglês, espanhol e português. Os pensadores da FTL marcaram forte presença, com suas palestras, artigos e livros, no cenário nacional, continental e internacional.

Em dez anos, parecia que o espírito de Lausanne havia impactado profundamente o Cristianismo, e que o pensamento evan-

gélico holístico (missão integral) havia se tornado hegemônico também no Brasil.

A MISSÃO INTEGRAL

A Igreja vive como ela pensa; inclusive em sua missão.

Toda criação tem um propósito, e, mais ainda, os instrumentos da Providência Divina na economia da salvação. Israel recebeu a revelação do monoteísmo, da adoração a Deus em espírito e em verdade, as Tábuas da Lei, o discurso inspirado dos Profetas, um conteúdo ético, individual e social, para servir de modelo para as nações. Esse povo do Primeiro Pacto teria como ápice da sua razão de ser a vinda do Messias, na plenitude dos tempos: Jesus Cristo, Senhor e Salvador.

A Igreja, povo do Segundo Pacto, de todos os povos para todos os povos, tem sobre ela o sopro do Espírito Santo, como comunidade vanguarda do Reino de Deus e seus valores, com pessoas regeneradas e santificadas em seu temperamento, seu caráter e seus projetos de vida. Gente com talentos redirecionados, receptora de dons para a edificação do Corpo, enviada até os confins da terra, portadora de uma mensagem: o Evangelho, as Boas Novas de salvação.

Em seu *ide*, imperativo, a Igreja tem como modelo o próprio Senhor Jesus Cristo, em seu ministério terreno, que se tornou humano em tudo, menos no pecado, vivendo a cultura e a conjuntura do seu tempo. A Igreja é enviada assim como o Pai o enviou.

O Evangelho de Mateus narra que *Jesus foi por toda a Galileia, ensinando nas sinagogas deles, pregando as boas novas do Reino e curando todas as enfermidades e doenças entre o povo... endemoniados, epilépticos e paralíticos...*(Mt 4.23-24). Pregação, ensino, cura e libertação. E o Evangelho de Lucas (4:16-21) nos mostra a sua consciência messiânica, que é a realização plena do Jubileu: a proclamação das boas novas para os pobres, a libertação dos cativos, a recuperação da vista ao cegos, a liberdade para os oprimidos.

A Igreja, nos primeiros séculos, define o que crê no Credo Apostólico e no Credo Niceno: a trindade, as duas naturezas do

Filho, o nascimento virginal, a morte expiatória, a ressurreição, o Juízo Final, a vida vindoura. A Reforma Protestante, com as suas Confissões, reafirma e aprofunda essas doutrinas, chamando especial atenção para a autoridade das Sagradas Escrituras, a Graça e a Fé. O Evangelicalismo, que tem suas raízes últimas em John Wycliffe, um século e meio antes de Lutero, e se organiza como movimento em meados do século XIX, chama a atenção para a experiência de conversão, o processo de santificação e o imperativo missionário. Nada disso é novo; apenas a Igreja em permanente renovação e purificação diante dos seus desvios na História.

O Pacto de Lausanne foi mais um passo – contemporâneo – nesse processo de recuperação e atualização.

Assim, também não seria novidade o pensamento: "O Evangelho todo para o homem todo e para todos os homens!".

A Conferência de Lambeth, de 1988, definiu como integrando a Missão da Igreja:

Proclamar o Evangelho do Reino;

Batizar, ensinar, e incorporar os convertidos a uma comunidade de fé;

Despertar no coração dos fiéis respostas de misericórdia às necessidades humanas;

Denunciar as estruturas iníquas da sociedade.

EVANGELISMO, ENSINO, COMUNHÃO, SERVIÇO, PROFETISMO.

O problema é que, na História da Igreja, periodicamente surgem movimentos que ora enfatizam algumas dessas dimensões, ora se esquecem ou negam outras. Há quem queira seguir a Pedro, e não a Jesus, permanecendo acampado no Monte, cercado pela nuvem "Shekinah", e outros querem ir direto aos vales e aldeias, sem buscar a comunhão e a presença de Deus no Monte, em unilateralismos, parcializações e desobediências.

A Missão Integral se move a partir de uma Espiritualidade Integral, que inclui a adoração, a reflexão e a ação, outra vez sem se cair no unilateralismo do misticismo alienante, do academicismo pedante ou do ativismo árido.

Essa espiritualidade e essa missão se fazem de forma encarnada, concreta, participante, a partir do conhecimento da palavra de Deus e do contexto, do discernimento, da intercessão e da intervenção na História, com uma mensagem ampla, que atinge a todas as dimensões da criação, sem deixar de ser pessoal, para cada ser humano.

A FTL, ou o Congresso de Lausanne, não "inventaram" a Missão Integral, apenas a sistematizaram, contemporaneamente, a atualizaram, a enfatizaram, para o bem da Igreja.

A MISSÃO INTEGRAL E AS SUAS CONCORRENTES

A polarização teológico-ideológica do protestantismo no século XX não foi um fenômeno exatamente mundial, mas centrado nos Estados Unidos, com rebatimento nos países sob sua maior influência. No caso brasileiro, a hegemonia de uma concepção missionária mais ampla no protestantismo de missão foi algo praticamente consensual de 1855 a 1950, com exceção da chegada do Pentecostalismo, com uma fé mais intimista, ultramundista e futurista, sua tendência ao isolacionismo e ao pessimismo histórico, fruto de sua escatologia.

Na década de 1950, o debate *Fundamentalismo* (missões de fé) vs. *Liberalismo* (movimento ecumênico) chega até nós, com presenças minoritárias de ambos, o que não alterou significativamente o pensamento dominante.

O Pentecostalismo vai se desdobrar, nos anos 1960, com o Movimento de Renovação Espiritual; o Liberalismo foi reprimido durante o ciclo de ditaduras militares na América Latina, por suas ligações com movimentos políticos de esquerda, e o Fundamentalismo teve um crescimento expressivo, muito ligado ao apoio aos Estados Unidos e à ditadura militar.

O fato novo mais significativo vai se dar na década de 1970, com a rápida expansão da Teologia da Libertação (TL), pós-milenista, na Igreja Católica Romana pós-Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas (CELAM) de Medellín e Puebla, a formação das Comunidades Eclesiais

de Base (CEBs), um sem número de pastorais, com a adesão de ampla parcela do clero, inclusive da hierarquia, alterando os currículos dos seminários e o conceito de missão, em uma linha mais afinada com o Evangelho Social protestante, onde buscou a sua base teórica. O apogeu da TL se dá durante o pontificado de Paulo VI, sendo fortemente reprimida no pontificado de João Paulo II, e que, com a derrocada do "socialismo real" e a perda de relevância do pensamento marxista, sofreu evidente declínio.

Enquanto o Fundamentalismo e o Pentecostalismo tendiam a se concentrar nos itens evangelismo, ensino e comunhão, débeis no serviço e rejeitando o profetismo, o Liberalismo e a Teologia da Libertação parcializavam o seu conceito de missão indo em direção ao polo oposto, valorizando o serviço e o profetismo, à custa do evangelismo, da sã doutrina e da dimensão mística da fé.

Durante os anos 1970-1980, a Missão Integral da Igreja, em geral amilenista, recebeu críticas de ambos os pólos, sendo os seus expoentes considerados "teólogos da libertação disfarçados" pelos Fundamentalistas e Pentecostais, e considerados "fundamentalistas sofisticados" pelos liberais e adeptos da Teologia da Libertação. É o preço que se paga pela manutenção de uma fidelidade a um legado histórico em uma época de polarização, mantida pela convicção equivocada de uns e pela tendência a adesão aos modismos por parte de outros.

Enquanto o Fundamentalismo via o reino no Império Norte-Americano (Cristandade), a Teologia da Libertação tendia a vislumbrá-lo no Império Soviético. A esse otimismo histórico (típico do pós-milenismo), a Missão Integral da Igreja respondia com uma visão crítica de ambos e um realismo histórico.

Nos anos 1990, chega com toda a força na América Latina a Teologia da Prosperidade, e sua co-irmã, a Teologia da Batalha Espiritual, levando a entrada no cenário de uma nova expressão do Cristianismo (longe da Reforma, do Evangelicalismo e do próprio Pentecostalismo): o impropriamente denominado neo-pentecostalismo, também chamado de iso-pentecostalismo ou pós-pentecostalismo,

por nós considerado como pseudo-pentecostalismo, com a adesão de massas em busca de sucessos ou de elites gratas pelo mesmo.

Enquanto isso, o cenário protestante latino-americano vai conhecer o seu pior momento de fracionamento denominacionalista, com uma miríade de igrejas, comunidades e "ministérios", importados ou *made in* aqui mesmo.

O pensamento liberal tinha se mantido em pequenos grupos dentro de algumas denominações e algumas regiões, mas tinha conseguido uma penetração maior em igrejas

O materialismo ideológico vai sendo substituído pelo esoterismo, pelo ocultismo, por uma espiritualidade sincrética, vaga e descomprometida, por um secularismo agressivamente antirreligioso, e, particularmente, anticristão. As religiões antigas do oriente apresentam um novo vigor e um novo desafio, pelo desejo de expansão e pelo radicalismo, particularmente o Islã. A Igreja está diante de um novo ciclo de perseguições. Internamente, ela vem sendo implodida pela teologia liberal pós-moderna ou revisionista. O divisionismo denominacionalista é, em si, uma tragédia (fruto da distorção do livre exame não como livre acesso, mas como livre interpretação). No caso brasileiro, a AEvB veio muito tarde, foi centralizada em um líder, atropelada pela fragmentação denominacionalista e pelo pseudo(neo)pentecostalismo, e hoje não temos nem lideranças nem organismos aglutinadores de todos os evangélicos, e nem parece, na atual conjuntura, haver condições objetivas para tanto.

Desde Lausanne, também, deixamos de ver uma força missionária oriunda apenas do Primeiro Mundo, para vivenciarmos o próprio lema do Congresso: "O Evangelho de todas as nações para todas as nações", uma verdadeira "globalização missionária", inclusive a partir do Brasil, cumprindo-se o tema de um dos CLADEs: "O Evangelho Todo Para Todo o Mundo Desde a América Latina". Apareceram os polos da "igreja local" (*house churches*), e as megaigrejas (*mega churches*). Temas como gênero e ecologia entraram na pauta da Igreja. Em muitos círculos, o tema da responsabilidade social foi incluído, sem prejuízo da espiritualidade, da sã doutrina e do evangelismo. No Brasil, a ameaça do pseudo(neo)pentecostalismo tem aproximado pen-

tecostais e históricos, que redescobrem o que podem aprender uns com os outros. Apesar dos extremismos, o tema da cultura (aculturação, inculturação) tem sido levado a sério por muitos. Há uma profusão de versões da Bíblia e uma flexibilização em relação a métodos e ênfases.

É verdade que o mundo e a igreja mudaram, mas não mudou a condição humana de pecado e perdição, nem a necessidade humana de salvação e novidade de vida, a necessidade humana de certezas e esperanças. Nem, tampouco, mudou o caráter missionário da Igreja, como um imperativo. Como em todas as épocas, há sempre o risco de se enfatizar e se negligenciar aspectos integradores da missão. Como em todas as épocas, há sempre a necessidade de que a igreja reformada esteja sempre se reformando, se purificando, voltando às suas fontes. Há a necessidade de mais estudo honesto (nem literalista, nem racionalista) das Sagradas Escrituras, em que, com todo instrumental filosófico e científico disponível, possamos descobrir cada vez mais o texto, livrando-o das leituras condicionadas por nossas culturas, pelas culturas dos intérpretes e pelo aprisionamento às correntes do pensamento contemporâneo, levando-se em conta a Tradição, como "mente da Igreja" ou "consenso dos fiéis" através dos séculos.

O Evangelicalismo continua atual, porque o Evangelho é sempre atual, e o compromisso do Evangelicalismo é com o Evangelho.

Os desafios novos podem prescindir de respostas antigas, mas não da revelação eterna. Os Credos e os pontos convergentes das Confissões da Reforma continuam atuais, bem como o Pacto de Lausanne. Podemos acrescentar novos temas, mas não descartar o que já foi tratado. Podemos atualizar a linguagem, as abordagens e os métodos, mas não o conteúdo. Como tem estudado Phillip Jenkins, em "A Nova Cristandade", o Cristianismo, que no passado se deslocou do Leste para o Oeste, desloca-se hoje do Norte para o Sul, e esse Sul tem uma arraigada e disseminada presença evangélica, e é, em grande parte, resultado dessa presença.

A América Latina, apesar da superficialidade e do sincretismo da sua cristianização, é um continente credal, e o protestantismo latino-americano é confessional.

O Evangelicalismo tem deitado fortes raízes em nosso continente, apesar dos obstáculos e dos desafios. Ele ainda precisa assumir mais essas raízes, valorizando a história, a cultura e o pensamento latino-americano, sendo mais crítico e menos dependente das matrizes anglo-saxãs e sua roupagem (como tão bem tem denunciado Samuel Escobar), ao mesmo tempo em que deve se libertar dos aspectos negativos da nossa própria cultura (impontualidade, caudilhismo, nepotismo), e resistir à "Síndrome de Coré" dos nossos tempos, de insubordinação e rebelião.

Ao criar uma identidade por antagonismo, confunde antirromanismo com anticatolicismo, o evangelicalismo do nosso continente tem deixado de aprender com o pensamento pré-reformado, tanto do Ocidente quanto do Oriente, e de valorizar as dimensões estéticas e sacramentais da experiência cristã. Temos, ainda, que avançar na celebração do lúdico da nossa herança luso-afro-ameríndia (ou luso-tropical, para Gilberto Freyre), tendo uma relação menos neurótica (do que os seus irmãos anglo-saxões e germânicos) com o que se convencionou chamar de "as vozes do corpo".

A não ser por desconhecimento, preconceito ou modismo, não há porque tentar abandonar o Evangelicalismo ou substituí-lo por outra proposta em nosso continente.

E a maior marca da maturidade do Evangelicalismo é a sua Teologia da Missão Integral, o seu resgate da totalidade da mensagem cristã, o seu resgate do modelo de Jesus, o seu resgate do tema do Reino de Deus, a sua visão da Igreja como uma comunidade terapêutica e da simplicidade como estilo de vida para os discípulos de Cristo.

Não estiveram esses evangélicos progressistas comprometidos com a luta contra as ditaduras, o regresso ao Estado Democrático de Direito, e as lutas em favor dos oprimidos e dos excluídos, das causas da justiça social em nosso País e em nosso continente, demonstrando que essa mensagem gera agentes de transformação histórica?

Não somos o "povo da Bíblia", de Cristo, da Graça e da Fé? Não somos um povo em missão? Não somos um povo que prega, ensina, integra, serve e denuncia? Não é isso que as Escrituras

propõem, que o nosso Senhor propõe, que o Evangelicalismo propõe e que a Teologia da Missão da Igreja advoga?

O espírito que soprou sobre Lausanne e a partir de Lausanne não foi o Espírito Santo? Um evidente sinal do sopro renovador do Espírito Santo sobre a sua Igreja foi o Congresso Lausanne III, na Cidade do Cabo, África do Sul, em outubro de 2010, com a mais ampla representatividade regional e denominacional, e uma renovada visão e compromisso com a dimensão integral da missão, malgrado a, ainda, persistente hegemonia ideológica e financeira dos países desenvolvidos euro-ocidentais. Outro sinal, agora ao nível nacional, foi a fundação, no mês seguinte, da Aliança Cristã Evangélica do Brasil - com o apoio da Aliança Evangélica Mundial - como órgão aglutinador e representativo de setores lúcidos e maduros do evangelicalismo brasileiro, cuja liderança é formada por históricos militantes da causa do Evangelho Integral. Por outro lado, a inclusão dos temas religião e ética, nas últimas eleições presidenciais brasileiras, evidenciando a presença de setores isolacionistas, de setores cooptados e de setores com tentações teocráticas, desafia-nos a enfrentar, a partir da Missão Integral, a crescente responsabilidade do exercício da cidadania, ante a onda do Secularismo e o despreparo de uma comunidade que parece ter crescido apenas quantitativamente.

Os fundadores da FTL, em grande parte, ainda estão vivos e produzindo, e o seu legado e o seu exemplo ainda nos servem de subsídio e de inspiração. A evangelização do mundo, da América Latina e do Brasil são tarefas inacabadas, cabendo a sua relevância a cada geração. Apesar dos desafios dos estrelismos, da vaidade intelectual, do mercenarismo religioso, o que é verdadeiro acaba por triunfar.

Para a Terra de Santa Cruz, a Cruz; para o "povo da Bíblia", a Bíblia; para uma Igreja em missão, a missão, e integral, ontem, hoje, amanhã, sempre, em obediência ao seu Senhor.

Artigo retirado, com permissão, de *Igreja: Agente de Transformação*, publicado pela Missão Aliança e Ediciones Kairos

APOIO

MISSÃO ALIANÇA
www.missaoalianca.org.br

ALIANÇA CRISTÃ EVANGÉLICA DO BRASIL
www.aliancaevangelica.org.br

Sobre o autor

ROBINSON CAVALCANTI foi colunista da revista Ultimato durante 27 anos, até a sua morte, em fevereiro de 2011. Cientista político e bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Recife, foi também diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Era membro do Conselho Consultivo da Aliança Bíblica Universitária (ABU) e do London Institute of Contemporary Christianity, além de membro-fundador da Fraternidade Teológica Latino-Americana. Integrou a Comissão de Lausanne pra a Evangelização Mundial e a Comissão Teológica da Aliança Evangélica Mundial. É autor de, entre outros, A Igreja, o País e o Mundo, A Utopia Possível e Cristianismo e Política.

ultimato

Caixa Postal 43 | 36570-000 | Viçosa-MG
Tel.: 31 3611-8500 | Fax: 31 3891-1557
www.**ultimato**.com.br